BANCO B3

Banco B3 S.A.

CNPJ nº 00.997.185/0001-50

BANCO [B]³

f.lopes

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter a V.Sas. as demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, que apresentaram os seguintes resultados: a) Foi apurado um lucro líquido no exercício de R$11.627 mil contra R$12.922 mil em 2017; b) O Patrimônio Líquido passou de R$88.524 mil em 31 de dezembro de 2017 para R$94.234 mil em 31 de dezembro de 2018; O Banco B3 S.A. é uma sociedade anônima fechada, na condição de banco comercial singular com carteira de câmbio, controlada integralmente pela B3 S.A. BRASIL, BOLSA, BALCÃO e concebido para ser o importante instrumento de suporte operacional aos participantes dos mercados por ela administrados. Autorizada pelo Banco Central do Brasil em maio de 2004, a instituição desempenha desde então funções de liquidante e custodiante central para os agentes econômicos responsáveis por operações realizadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. O Banco B3 não capta recursos junto ao público, não realiza operações que requeiram oferta de garantias, aval ou fiança em favor de quaisquer terceiros, além de não conceder crédito, prover liquidez ou fazer prestação de quaisquer outros serviços a entidades administradoras de sistemas de negociação ou de registro de operações que não sejam administrados pela sua controladora. O Conselho Monetário Nacional em sessão realizada no dia 29 de janeiro de 2004 e divulgada através da Resolução nº 3165/2004, permitiu ao então Banco BM&F operar exclusivamente como liquidante das operações cursadas em Bolsas de Mercadorias e Futuros. Com a fusão das instituições BM&F e BOVESPA em 8 de maio de 2008 nasceu a BM&FBOVESPA S.A. e o Banco BM&FBOVESPA, que passou a atuar também no segmento BOVESPA como liquidante e custodiante, conforme dispõe a Resolução 4.073 de 26 de abril de 2012. Em 29 de janeiro de 2018 passou a denominar-se Banco B3 S.A., depois da fusão da BM&FBOVESPA S.A. e da CETIP S.A. em março de 2017, criando a B3 S.A. **Governança Corporativa:** A Governança Corporativa do Banco B3 atua com mecanismos de incentivo e monitoramento, com o objetivo de assegurar o alinhamento dos processos com os interesses estratégicos da instituição. Suas políticas apoiam o gerenciamento de riscos apoiadas em decisões colegiadas de comitês específicos, abrangendo desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios, operacionais, produtos e serviços. **Gerenciamento de Riscos:** Em atendimento ao disposto na Resolução Conselho Monetário Nacional nº 4.557, de 23 de junho de 2017, estrutura de gerenciamento integrado de riscos (operacional, mercado, liquidez e crédito - as operações sujeitas ao risco de crédito referem-se àquelas de contraparte em operações compromissadas - e gerenciamento de capital) e controles internos do Banco B3 é constituída em uma unidade sob a responsabilidade do Diretor de Riscos, que responde diretamente ao Diretor Presidente do Banco. A Diretoria de Riscos do Banco B3 é responsável pela supervisão dos procedimentos operacionais com vistas a certificar o cumprimento dos limites, alçadas e diretrizes definidas em sua Política de Investimentos e Liquidação, que contém os critérios para a aplicação do capital próprio em títulos públicos federais e para os limites de operações compromissadas (por contraparte) e exposição cambial. A Política de Investimentos e Liquidação é aprovada pelo Comitê de Riscos e, tem o seu teor revisado anualmente na busca de manter a compatibilidade entre os objetivos do Banco B3 e às condições de mercado. O Banco B3 conta com equipe de especialistas em análises de risco, que aplica ferramentas de controle de limites e monitoramento diário em consonância com os parâmetros das Normas Internas de Riscos. Esse monitoramento é realizado com base em análises diárias de estresse, de controle de liquidez, de limites financeiros operacionais e de VaR (*Value at Risk*). Os resultados são reportados às áreas do Banco B3 através de relatórios diários, de modo a subsidiar os gestores na administração dos respectivos riscos incorridos. **Informações e Adequação do Patrimônio de Referência:** O Banco B3 possui patrimônio líquido superior ao mínimo necessário ao acesso ao Sistema Financeiro Nacional, de acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.099, de 17 de agosto de 1994. Os valores das parcelas referentes às exposições de risco de crédito (RWA_{CPAD}), de mercado (RWA_{MPAD}) e operacional (RWA_{OPAD}) são calculados em conformidade com o determinado em normativos divulgados pelo Banco Central do Brasil. As informações relativas à gestão de riscos, apuração do montante de ativos ponderados pelo risco - *RWA*, de que trata a Resolução CMN nº 4.193, de 1º de março de 2013, e à adequação do Patrimônio de Referência (PR), de que trata a Resolução CMN nº 4.192, de 1º de março de 2013, estão disponibilizadas na página do Banco B3 na rede mundial de computadores. **Gerenciamento de Capital:** Em atendimento ao disposto na Resolução Conselho Monetário Nacional nº 4.557, de 23 de junho de 2017, a estrutura de gerenciamento integrado de riscos do Banco B3 elabora, anualmente, ou sempre que necessário, estudos que visam analisar as necessidades de capital, através de simulações de eventos severos com a finalidade de identificar potenciais restrições de capital. Estes cenários de estresse são aprovados pelo Comitê de Riscos e seus impactos no capital são considerados na definição de estratégia e posicionamento de negócios. Os resultados obtidos são apresentados em relatório anual apresentado à Alta Administração do Banco B3. Agradecemos ao acionista e aos colaboradores pelo empenho, pela confiança e pela dedicação a nós reservados.

São Paulo, 28 de março de 2019.

A Diretoria

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2018	2017
Circulante		**720.019**	**430.616**
Disponibilidades	4(a)	1.195	2.823
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4(b)	697.332	402.864
Aplicações no Mercado Aberto		697.332	402.864
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	5	12.568	19.000
Carteira Própria		7.628	11.573
Vinculados à Prestação de Garantias		4.940	7.427
Relações Interfinanceiras	6	617	483
Créditos Vinculados - Dep.Banco Central		617	483
Outros Créditos	7	8.286	5.430
Câmbio		3.765	1.124
Rendas a Receber		2.300	1.905
Diversos		2.221	2.401
Outros Valores e Bens		21	16
Despesas Antecipadas		21	16
Realizável a Longo Prazo		**84.975**	**77.732**
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	5	84.975	77.732
Carteira Própria		63.243	60.095
Vinculados à Prestação de Garantias		21.732	17.637
Permanente		**972**	**-**
Intangível		972	-
Ativos Intangíveis		972	-
Total do ativo		**805.966**	**508.348**

Passivo	Notas	2018	2017
Circulante		**711.673**	**419.802**
Depósitos		360.673	143.226
Depósitos à Vista	8(a)	35.808	26.287
Outros Depósitos	8(b)	324.865	116.939
Captações no Mercado Aberto	9	333.554	262.021
Carteira de Terceiros		333.554	262.021
Relações Interfinanceiras		1	1
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		1	1
Relações Interdependências		857	-
Recursos em Trânsito de Terceiros		857	-
Outras Obrigações	10	16.588	14.554
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		1	-
Câmbio		3.800	1.150
Sociais e Estatutárias		5.015	5.304
Fiscais e Previdenciárias		6.076	6.631
Diversas		1.696	1.469
Exigível a Longo Prazo		**59**	**22**
Outras Obrigações	10 e 14	59	22
Diversas		59	22
Patrimônio Líquido	11	**94.234**	**88.524**
Capital			
De domiciliados no País		45.000	45.000
Reserva de lucros		49.225	43.498
Ajuste a Valor de Mercado - TVM		9	26
Total do passivo e patrimônio líquido		**805.966**	**508.348**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Notas	2018 2º Semestre	2018 Exercício	2017 Exercício
Receitas de intermediação financeira		20.837	38.422	48.970
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5(c)	19.377	36.089	47.136
Resultado de operações de câmbio		1.460	2.333	1.834
Despesas da intermediação financeira		(9.153)	(17.981)	(23.862)
Operações de captação no mercado		(9.153)	(17.981)	(23.862)
Resultado bruto da intermediação financeira		11.684	20.441	25.108
Outras receitas/(despesas) operacionais		(1.364)	(3.810)	(6.785)
Receitas de prestação de serviços	15(b)	1.000	1.917	371
Rendas de tarifas bancárias	15(b)	8.410	14.740	13.197
Outras despesas administrativas	15(c)	(9.306)	(17.882)	(17.875)
Despesas tributárias		(1.437)	(2.534)	(2.504)
Outras receitas operacionais		3	7	54
Outras despesas operacionais		(34)	(58)	(28)
Resultado operacional		10.320	16.631	18.323
Resultado antes da tributação sobre o lucro		10.320	16.631	18.323
Imposto de renda e contribuição social	13	(1.952)	(5.004)	(5.401)
Provisão para imposto de renda		(1.042)	(2.737)	(2.946)
Provisão para contribuição social		(918)	(2.284)	(2.465)
Ativo fiscal diferido		8	17	10
Lucro líquido do semestre/exercícios		**8.368**	**11.627**	**12.922**
Quantidade de ações	11(a)	24.000	24.000	24.000
Lucro líquido do semestre/exercícios por ação - em R$		348,67	484,46	538,42

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

	Notas	Capital realizado	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva especial de lucros	Ajustes a valor de mercado - TVM	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016		24.000	3.780	54.036	(27)	-	81.789
Ajuste ao valor de mercado - TVM		-	-	-	53	-	53
Aumento de capital social com Reservas	11(a)	21.000		(21.000)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	12.922	12.922
Destinação:							
Reserva legal do exercício	11(c)	-	646	-	-	(646)	-
Reserva especial de lucros	11(c)	-	-	6.036	-	(6.036)	-
Juros sobre o capital próprio	11(b)	-	-	-	-	(6.240)	(6.240)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		45.000	4.426	39.072	26	-	88.524
Saldos em 31 de dezembro de 2017		45.000	4.426	39.072	26	-	88.524
Ajuste ao valor de mercado - TVM		-	-	-	(17)	-	(17)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	11.627	11.627
Destinação:							
Reserva legal do exercício	11(c)	-	581	-	-	(581)	-
Reserva especial de lucros	11(c)	-	-	5.146	-	(5.146)	-
Juros sobre o capital próprio	11(b)	-	-	-	-	(5.900)	(5.900)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		**45.000**	**5.007**	**44.218**	**9**	**-**	**94.234**
2º Semestre de 2018:							
Saldos em 30 de junho de 2018		45.000	4.589	42.168	3	-	91.760
Ajuste ao valor de mercado - TVM		-	-	-	6	-	6
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	8.368	8.368
Destinação:							
Reserva legal do semestre	11(c)	-	418	-	-	(418)	-
Reserva especial de lucros	11(c)	-	-	2.050	-	(2.050)	-
Juros sobre o capital próprio	11(b)	-	-	-	-	(5.900)	(5.900)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		**45.000**	**5.007**	**44.218**	**9**	**-**	**94.234**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

	2018 2º Semestre	2018 Exercício	2017 Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercícios	**8.368**	**11.627**	**12.922**
Ajustes ao lucro líquido:	16	3	65
Ajuste ao valor de mercado - TVM	6	(17)	53
Provisão/atualização para contingências fiscais	18	37	22
Impostos diferidos	(8)	(17)	(10)
Lucro líquido ajustado	**8.384**	**11.630**	**12.987**
(Aumento) redução em ativos operacionais	**(240.876)**	**(297.446)**	**25.424**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(268.967)	(294.468)	26.893
Relações interfinanceiras ativas	83	(134)	(213)
Outros créditos	27.944	(2.839)	(1.279)
Outros valores e bens	64	(5)	23
Aumento (redução) em passivos operacionais	**235.269**	**291.354**	**(28.274)**
Depósitos	190.983	217.447	13.329
Captações no mercado aberto	72.125	71.533	(40.982)
Relações interfinanceiras passivas	(52)	-	-
Outras obrigações	(27.787)	2.374	(621)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**2.777**	**5.538**	**10.137**
Fluxo de caixa nas atividades de investimento			
Aumento de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(3.204)	(811)	(2.302)
Desenvolvimento de software	(706)	(972)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(3.910)**	**(1.783)**	**(2.302)**
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento			
Juros sobre capital próprio pagos	-	(6.240)	(5.500)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**-**	**(6.240)**	**(5.500)**
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(1.133)**	**(2.485)**	**2.335**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.471	2.823	488
Caixa e equivalentes de caixa no final do período (Nota 4a)	338	338	2.823

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

1 - Contexto operacional: O Banco B3 S.A. (anteriormente Banco BM&FBOVESPA de Serviços de Liquidação e Custódia S.A.) ("Banco") é uma sociedade anônima fechada, na condição de banco comercial singular com carteira de câmbio, com sede na cidade de São Paulo, controlada integralmente pela B3 S.A - BRASIL, BOLSA, BALCÃO ("B3"). Concebido para ser o principal instrumento de suporte operacional aos participantes dos mercados administrados pela B3. Desde a autorização do Banco Central do Brasil para seu funcionamento, em maio de 2004, o Banco desempenha funções exclusivas de liquidante e custodiante para os agentes econômicos responsáveis pelas operações realizadas na B3. O Banco alterou a razão social em 25 de abril de 2018 após aprovação do Banco Central do Brasil. O Banco não capta recursos junto ao público, não realiza operações que requeiram oferta de garantias, aval ou fiança em favor de quaisquer terceiros, além de não conceder crédito, prover liquidez ou fazer prestação de quaisquer outros serviços a entidades administradoras de sistemas de negociação ou de registro de operações que não sejam administrados pela sua controladora. **2 - Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração do Banco em 28 de março de 2019. As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e normas expedidas por este, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). **3 - Principais práticas contábeis - *a. Receitas e despesas:*** As receitas e despesas estão registradas segundo o regime de competência. ***b. Estimativas contábeis:*** A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a valorização a mercado de títulos e valores mobiliários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e premissas periodicamente. ***c. Caixa e equivalentes de caixa:*** Os saldos de caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa incluem os saldos de reservas livres junto ao BACEN e depósitos em moeda estrangeira. ***d. Ativos circulantes:*** Os ativos circulantes são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. ***e. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:*** Os títulos e valores mobiliários estão compostos por títulos públicos federais, os quais estão contabilizados pelo valor de aquisição, acrescidos dos rendimentos calculados em razão da fluência dos prazos, e ajustados a valor de mercado. Os títulos públicos federais estão classificados como disponíveis para venda, visto que o Banco não possui o propósito de negociá-los de forma ativa e frequente. A classificação em disponíveis para venda prevê a contabilização a valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração de resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, líquido dos correspondentes efeitos tributários, sob o título de "Ajuste a valor de mercado (TVM)". Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos mediante a identificação específica na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, líquido dos correspondentes efeitos tributários. O Banco tem como política não realizar operações próprias no mercado de derivativos, aplicando suas disponibilidades em títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez. ***f. Ativos intangíveis:*** Os ativos intangíveis são compostos por aquisição e desenvolvimento de *software* pelo custo de aquisição ou formação. ***g. Passivos circulantes:*** Os passivos circulantes incluem os passivos conhecidos e calculáveis, acrescido dos encargos e das variações monetárias, quando aplicável. É reconhecido no balanço o passivo decorrente de uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, onde seja provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. Esses passivos são registrados tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. ***h. Provisão para imposto de renda e contribuição social:*** A provisão para imposto de renda foi calculada sobre o "Lucro Real", que corresponde ao lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro excedente a R$ 20 por mês. A provisão para contribuição social foi constituída com base no lucro antes do imposto de renda, ajustado pelas exclusões ou adições previstas na legislação, à alíquota de 20%. ***i. Lucro por ação:*** O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível ao acionista da sociedade, pela quantidade de ações em circulação durante o período. ***j. Contingências e Obrigações Legais:*** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009.

4 - Disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Disponibilidades	2018	2017
Reservas Livres - BACEN	335	2.346
Recursos em moeda estrangeira no exterior	3	477
Caixa e equivalentes de caixa	**338**	**2.823**
Recursos em trânsito de terceiros	857	-
Total de disponibilidades	**1.195**	**2.823**

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez: As aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas por aplicações no mercado aberto com compromisso de revenda para 02 de janeiro de 2019, com lastro em Letras Financeiras do Tesouro - (LFT) , Letras do Tesouro Nacional - (LTN) e Notas do Tesouro Nacional série B - (NTN-B). (2017 - As aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas por aplicações no mercado aberto com compromisso de revenda para 02 de janeiro de 2018, com lastro em Letras Financeiras do Tesouro - (LFT) e Letras do Tesouro Nacional - (LTN)). **5 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**

a. Classificação da carteira: Os títulos e valores mobiliários estão assim demonstrados:

Disponíveis para venda	2018 Valor de curva	2018 Valor de mercado	2017 Valor de curva	2017 Valor de mercado
Carteira própria:				
Títulos Públicos Federais:				
Letras Financeiras do Tesouro	70.812	70.821	71.549	71.588
Letras do Tesouro Nacional	-	-	34	34
Notas do Tesouro Nacional	47	50	43	46
	70.859	70.871	71.626	71.668
Vinculados à prestação de garantias:				
Títulos Públicos Federais:				
Letras Financeiras do Tesouro	26.668	26.672	25.059	25.064
	26.668	26.672	25.059	25.064
Total	**97.527**	**97.543**	**96.685**	**96.732**

b. Diversificação por prazo

Disponíveis para venda	2018	2017
Carteira própria:		
Vencimento até 3 meses	7.628	7.006
Vencimento de 3 meses a 1 ano	-	4.567
Vencimento de 1 a 3 anos	29.980	22.739
Vencimento de 3 a 5 anos	27.068	27.597
Vencimento de 5 a 15 anos	6.179	9.746
Vencimento acima de 15 anos	16	13
Total da carteira própria	70.871	71.668
Vinculados à prestação de garantias:		
Vencimento de 3 meses a 1 ano	4.940	7.427
Vencimento de 1 a 3 anos	13.832	17.637
Vencimento de 3 a 5 anos	7.900	-
Total dos vinculados à prestação de garantias	26.672	25.064
Total	**97.543**	**96.732**

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado na data do balanço, utilizando-se das cotações divulgadas pela ANBIMA. Os ajustes a valor de mercado, ainda não realizados, líquidos dos correspondentes efeitos tributários, totalizaram em 31 de dezembro de 2018 ajuste de R$9 (2017 - ajuste de R$26). Os títulos públicos estão custodiados junto ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC. Os títulos disponíveis para venda possuem liquidez imediata, independente do prazo de vencimento. Os títulos vinculados à prestação de garantias referem-se a títulos depositados em garantia como exigência operacional em seus serviços de liquidante na *Clearing* de Câmbio da B3. Não ocorreram reclassificações de títulos durante o exercício.

c. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2018 2º Semestre	2018 Exercício	2017 Exercício
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	16.374	30.085	38.665
Rendas de títulos de renda fixa	3.003	6.004	8.471
Total	**19.377**	**36.089**	**47.136**

6 - Relações interfinanceiras: Refere-se à reserva compulsória em espécie no montante de R$617 (2017 - R$483) relativa ao direcionamento de microfinanças conforme previsto na Resolução Conselho Monetário Nacional nº 4.000/2011.

7 - Outros Créditos

	2018	2017
Carteira de Câmbio: (*)		
Câmbio comprado a liquidar	2.195	496
Direitos sobre vendas de câmbio	1.570	628
	3.765	1.124
Rendas a Receber:		
Serviços prestados a receber	2.299	1.903
Outras rendas a receber	1	2
	2.300	1.905
Diversos:		
Impostos e contribuições a compensar	2.195	2.391
Crédito Tributário sobre diferenças temporárias	26	10
	2.221	2.401
Total	**8.286**	**5.430**

(*) Os saldos referem-se às operações de câmbio financeiro (remessa e ingresso) relativos às aplicações de investidores não residentes.

8 - Depósitos: Correspondem a:

a) Depósitos à vista: Referem-se a depósitos à vista mantidos por:

	2018	2017
B3 e empresas ligadas (Nota 12)	20.612	23.134
Bolsa de valores do Rio de Janeiro (Nota 12)	14.745	2.636
Instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN (*)	451	517
Total	**35.808**	**26.287**

(*) Composto basicamente por saldos mantidos por corretoras.

b) Outros depósitos: Referem-se, basicamente, a depósitos mantidos por pessoa jurídica com finalidade exclusiva para liquidação de ajustes e posições de operações realizadas no âmbito da B3 e do SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, nos termos da Carta Circular do Banco Central do Brasil nº 3.196 de 21 de julho de 2005, mantidos por:

	2018	2017
Outras pessoas jurídicas	312.695	101.849
Instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN (*)	12.169	15.089
Outros depósitos	1	1
Total	**324.865**	**116.939**

(*) Composto basicamente por saldos mantidos por corretoras.

9 - Captações no mercado aberto: As captações no mercado aberto são compostas por compromissos de recompra para 02 de janeiro de 2019, com lastro em Letras Financeiras do Tesouro - (LFT) , Letras do Tesouro Nacional - (LTN) e Notas do Tesouro Nacional série B - (NTN-B). (2017 - compostas por compromissos de recompra para 02 de janeiro de 2018, com lastro em Letras Financeiras do Tesouro - (LFT) e Letras do Tesouro Nacional - (LTN)).

10 - Outras obrigações

	2018	2017
Circulante		
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados:		
IOF sobre câmbio a recolher	1	-
	1	-
Carteira de câmbio		
Câmbio vendido a liquidar	1.599	654
Obrigações por compras de câmbio	2.201	496
	3.800	1.150
Sociais e Estatutarias		
Juros sobre o capital proprio a pagar (Nota 12)	5.015	5.304
	5.015	5.304
Fiscais e previdenciárias:		
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	4.822	5.411
Impostos e contribuições a recolher	1.247	1.199
Provisão para impostos e contribuições diferidos	7	21
	6.076	6.631
Diversas:		
Provisão para pagamentos a efetuar		
B3 (Nota 12)	362	255
Credores diversos	1.316	1.214
	18	-
	1.696	1.469
Total	**16.588**	**14.554**
Não-Circulante		
Diversas:		
Provisões para contingências (Nota 14)	59	22
Total	**59**	**22**

11 - Patrimônio líquido - *a. Capital social:* O Capital Social é de R$45.000 representado por 24.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por domiciliados no País. Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de junho de 2017, foi aprovada a proposta da Administração para aumentar o capital social em R$21.000, mediante a capitalização de parte do saldo da Reserva especial de lucros, sendo o requerimento aprovado pelo BACEN em 29 de agosto de 2017. ***b. Dividendos e juros sobre o capital próprio:*** O acionista tem o direito ao dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei, podendo, alternativamente, ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram provisionados e imputados aos dividendos obrigatórios, juros sobre o capital próprio, calculados de acordo com os dispositivos da lei nº 9.249/95, os quais são assim resumidos:

Data da deliberação	Juros sobre o capital próprio	Redução da despesa com imposto de renda e contribuição social
21/12/18	5.900	2.655
Total - 2018	**5.900**	**2.655**
22/12/17	6.240	2.808
Total - 2017	**6.240**	**2.808**

Os juros sobre capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP, condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor. ***c. Reservas de lucros:*** As reservas de lucros são representadas pela reserva legal e pela reserva especial de lucros. Do resultado do exercício foi constituída reserva legal a razão de 5% do lucro líquido no montante de R$581 (R$646 em 2017) e o restante, deduzido do valor provisionado a título de JCP, foi destinado à constituição de reserva especial de lucros. A destinação do excedente da reserva especial de lucros em relação ao Capital Social será deliberada na Assembleia Geral Ordinária (AGO), que ocorrerá em abril de 2019.

12 - Transações com partes relacionadas

Passivo:	2018	2017
Depósitos (Nota 8(a))	35.357	25.770
Outras obrigações - diversas (Nota 10) (*)	1.316	1.214
Outras obrigações - sociais e estatutárias (Nota 10)	5.015	5.304

Despesas:	2018 2º Semestre	2018 Exercício	2017 Exercício
Outras despesas administrativas (*) (Nota 15 (c))	(6.939)	(13.492)	(12.981)
Despesas com taxas	(56)	(101)	(44)
Despesas com taxas (*Clearing* Câmbio B3)	(14)	(24)	(19)
	(7.009)	**(13.617)**	**(13.044)**

Receitas:	2018 2º Semestre	2018 Exercício	2017 Exercício
Taxa de administração de Fundos de Investimento - FILCB	875	1.705	252
Tarifa de custódia e distribuição de Fundo de Investimento - FILCB	219	426	63
	1.094	**2.131**	**315**

(*)Refere-se a reembolso de custos operacionais da estrutura disponibilizada pela B3, conforme contrato firmado entre as partes. A remuneração do pessoal chave da administração é paga pela B3 na qual os profissionais estão alocados.

13 - Reconciliação do cálculo do imposto de renda e contribuição social

	2018 2º Semestre	2018 Exercício	2017 Exercício
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**10.320**	**16.631**	**18.323**
(-) Juros sobre o capital próprio	(5.900)	(5.900)	(6.240)
Base de Calculo	**4.420**	**10.731**	**12.083**
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 20% respectivamente	(1.989)	(4.829)	(5.437)
Efeitos das adições e exclusões no cálculo dos tributos:			
Despesas indedutíveis	(68)	(93)	(99)
Diferenças temporárias	(8)	(17)	(10)
Redução para a alíquota de Imposto de Renda de 15% sobre a parcela de lucro real mensal de até R$20 mil	12	24	24
Incentivos Fiscais	93	93	111
Outros efeitos tributários	-	(199)	
Imposto de renda e contribuição social correntes	**(1.960)**	**(5.021)**	**(5.411)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**8**	**17**	10
Total do imposto de renda e contribuição social	**(1.952)**	**(5.004)**	**(5.401)**

14 - Contingências e obrigações legais - *Obrigações legais:* Representado pelo processo iniciado em 2017, no qual o Banco postula a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS/COFINS, pois esse não se enquadra no conceito de faturamento e de receita bruta, conforme entendimento do STF quando do julgamento do RE 574.706.

	Obrigações Legais
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**22**
Provisões	35
Atualizações	2
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**59**

Perdas possíveis: O Banco não possui contingências passivas envolvendo questões trabalhistas, tributárias ou cíveis, classificadas como perdas possíveis. **15 - Outras informações: a**. De acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.193, de 1º de março 2013, é exigida a manutenção de requerimentos mínimos de patrimônio de referência (PR), suficientes para cobertura da "Apuração do Valor dos Ativos Ponderados pelo Risco" (RWA - Risk Weighted Assets), que corresponde a soma das parcelas referentes às exposições a risco de crédito (RWACPAD), de mercado (RWAMPAD) e operacional (RWAOPAD). Em 31 de dezembro de 2018 o índice de Basiléia do Banco é de 123,26% (2017 - 132,51%). **b.** As receitas de prestação de serviços estão assim compostas:

	2018 2º Semestre	2018 Exercício	2017 Exercício
Receitas de prestação de serviços:			
Taxa de administração de Fundos de Investimento	124	210	114
Taxa de administração de Fundo de Investimento FILCB (Nota 12)	875	1.705	252
Rendas de outros serviços	1	2	5
Total	**1.000**	**1.917**	**371**
Rendas de tarifas bancárias:			
Tarifa de transferência de numerário	654	1.539	2.464
Tarifa de custódia e distribuição de Fundo de Investimento - FILCB (Nota 12)	219	426	63
Tarifa de custódia, registro e liquidação	7.537	12.775	10.670
Total	**8.410**	**14.740**	**13.197**

c. Outras despesas administrativas estão assim compostas:

	2018 2º Semestre	2018 Exercício	2017 Exercício
Processamento de dados	(1.512)	(2.560)	(2.326)
Serviços do sistema financeiro	(449)	(918)	(1.168)
Serviços técnicos especializados	(190)	(381)	(427)
Serviços de terceiros	(28)	(55)	(54)
Reembolso à B3 - custos operacionais (Nota 12)	(6.939)	(13.492)	(12.981)
Despesas de aluguéis	(184)	(360)	(338)
Demais despesas	(4)	(116)	(581)
Total	**(9.306)**	**(17.882)**	**(17.875)**

d. O Banco administra o Fundo B3 Margem Garantia Referenciado DI Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento, que possui um patrimônio líquido de R$ 55.088 em 31 de dezembro de 2018 (R$54.789 em 31 de dezembro de 2017) , o Fundo B3 DI Fundo de investimento Renda Fixa Referenciado com patrimônio de R$55.102 e o Fundo de Investimento Liquidez Câmara BM&FBOVESPA Multimercado - FILCB que em 31 de dezembro de 2018 possui um patrimônio líquido de R$2.230.505 (R$2.047.510 em 31 de dezembro de 2017). **e.** Na atividade de custodiante, o Banco é responsável pela custódia de títulos de investidores não residentes que, em 31 de dezembro de 2018, totalizam R$515.741 (R$625.263 em 31 de dezembro de 2017);

Diretoria

Gilson Finkelsztain - Diretor Presidente
Roberto da Silva Júnior - Diretor Operacional
Cícero Augusto Vieira Neto - Diretor Superintendente
Eduardo Lopes Farias - Diretor de Riscos
João Paulo Gonzaga Pereira - Contador - CRC 1SP 248648/O-7

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e Acionistas do
Banco B3 S.A. - São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco B3 S.A. ("Banco"), anteriormente denominado Banco BM&FBOVESPA de Serviços de Liquidação e Custódia S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco B3 S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2019.

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Gregory Gobetti
Contador CRC-1PR039144/O-8